

UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

GABRIEL FONZAR SANTOS
PEDRO POMPOLINI SILVEIRA
VINÍCIUS FRANCO ANDRADE CARAPETO
RENATO PEDUTO FILHO

**DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E JUVENTUDE: A HARMONIZAÇÃO DESTES
CONCEITOS NO CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO RECENTE**

São Paulo

2020

**DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E JUVENTUDE: A HARMONIZAÇÃO DESTES
CONCEITOS NO CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO RECENTE**

GABRIEL FONZAR SANTOS
PEDRO POMPOLINI SILVEIRA
VINÍCIUS FRANCO ANDRADE CARAPETO
RENATO PEDUTO FILHO

Artigo/Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso, como requisito parcial à conclusão do curso de graduação de Relações Internacionais da Universidade Anhembi Morumbi.

Prof. Orientador(a): Thiago Henrique Desenzi

São Paulo

2020

GABRIEL FONZAR SANTOS
PEDRO POMPOLINI SILVEIRA
VINÍCIUS FRANCO ANDRADE CARAPETO
RENATO PEDUTO FILHO

**QUALIDADE DA DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO POPULAR: A RELAÇÃO DE
AMBOS CONCEITOS COM A JUVENTUDE PARTIDÁRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito para obtenção do Bacharel em
Relações Internacionais pela Universidade
Anhembi Morumbi.

Data de Aprovação

__/__/__

Prof. Orientador Thiago Henrique Desenzi

RESUMO

O período de redemocratização do Brasil é algo jovial, tendo somente um período de 31 anos. Sendo influenciado por todos os governos presentes nesta época, a tal ponto que mensurava o quanto a sociedade possuía voz ativa e o interesse de participar. Em especial, a camada “jovem” que é representada pela faixa etária entre os 15 e 29 anos e que representa o futuro do Estado no âmbito político. O seguinte artigo possui como proposta apresentar e explorar os conceitos de “Participação Popular”, “Qualidade da Democracia” e “Juventude Partidária”, analisando juntamente a caracterização de autores familiarizados com estas temáticas e trazendo dados técnico-quantitativos, para identificarmos como estes influenciaram no período de redemocratização brasileira, assim como na participação da camada populacional, com enfoque no grupo jovem em relação ao quadro político e ideológico.

Palavras-chave: Jovem, Participação, Democracia e Política.

ABSTRACT

The period of redemocratization in Brazil is somewhat jovial, having only a period of 31 years. It was influenced by all the governments present at that time, to such an extent that it measured how much society had an active voice and the interest to participate. In particular, the "young" stratum which is represented by the age group between 15 and 29 years and which represents the future of the state in the political sphere. The following article proposes to present and explore the concepts of "Popular Participation", "Quality of Democracy" and "Youth Party", analyzing together the characterization of authors familiar with these themes and bringing technical-quantitative data, in order to identify how these influenced the period of Brazilian redemocratization, as well as the participation of the population, focusing on the youth group in relation to the political and ideological framework.

Key Words: Youth, Participation, Democracy and Politics.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
ITEM I: A DEMOCRACIA BRASILEIRA NA ATUALIDADE.....	8
ITEM II: PARTICIPAÇÃO POPULAR.....	15
ITEM III: JUVENTUDE PARTIDÁRIA.....	22
ITEM IV: CONCLUSÕES FINAIS.....	28
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	31

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo analisar de qual forma os conceitos de “Participação Popular” e “Qualidade da Democracia” foram importantes para o Brasil desde a redemocratização, e como os jovens de hoje compreendem estes conceitos para a manutenção da democracia. Não só a compreensão destes conceitos, buscaremos neste estudo também compreender o movimento das Juventudes Partidárias, apresentando comparações, dados e mostrando o impacto da juventude politizada no cenário nacional.

É importante ressaltarmos que este cenário impacta diretamente na questão partidária, no quesito da filiação como forma de participação. Muitos brasileiros possuem uma certa desconfiança com a democracia brasileira, refletindo assim no processo de filiação e diminuindo a comunidade de jovens dentro dos partidos políticos. No estudo, iremos abordar as razões pela qual o Brasil apresenta este cenário, envolvendo o âmbito político e esta camada tão importante da população.

Constatamos que a democracia no Brasil possui aproximadamente 31 anos, sendo considerada ainda muito jovem. Com isso, é necessário acompanhar as mudanças que ocorreram neste período e as que ainda estão por vir, para que assim possamos analisar os conceitos expostos neste estudo relacionados à “Participação Popular” e “Qualidade da Democracia”, além de analisar as mudanças que ocorreram no sistema político brasileiro durante o período de redemocratização. Dito isto verificamos, conseqüentemente, o motivo pelo qual em certos períodos a participação da população brasileira foi mais ativa, em comparação a outros.

De acordo com a pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha em abril de 2019, 65% dos brasileiros não se identificam com nenhum partido registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), mesmo com a ação e as atitudes tomadas pelos partidos políticos para atrair e fidelizar um eleitor. Atualmente vivemos um período de extrema polarização no cenário político nacional, consequência das ações tomadas pelos governos que obtiveram o poder durante o processo de redemocratização. Entretanto, a participação popular cresce exponencialmente, mesmo que a filiação não cresça paralelamente a isto, e o desinteresse da sociedade pelo âmbito político apenas aumente, principalmente se levarmos em consideração a população jovem. O ato de “fazer política” não está exclusivamente voltado à filiação política, tendo como conceito, diferentes formas de abordagem e aplicação, a exemplo os movimentos sociais, religiosos e bairristas, que também compreendem tal ato.

ITEM I: A DEMOCRACIA BRASILEIRA NA ATUALIDADE

A atual fase da democracia brasileira é recente, com um período de apenas 31 anos, ocorrendo após uma abertura política no ano de 1989 com o fim das eleições indiretas que perduraram durante o período da ditadura militar. Após isso, identificamos o início das eleições diretas e a disputa entre civis pela presidência.

No Brasil, a primeira eleição direta neste processo de redemocratização obteve como resultado um presidente civil eleito, assumindo o cargo em março de 1990. Fernando Collor de Mello (PRN) introduziu uma série de medidas econômicas para conter a hiperinflação, confiscou a poupança e causou um forte impacto negativo, resultando na abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar uma quantidade substantiva de fatos ocorridos durante seu governo. Com uma grande quantidade de manifestações ocorrendo, em 1992, a Câmara dos Deputados aprovou o “*impeachment*” do presidente. Observamos que após 3 anos do processo de redemocratização, o Brasil sofre pela primeira vez este processo, significando uma forte marca no âmbito político e enaltecendo a fragilidade das instituições democráticas. Como consequência, em 1993, por uma determinação da Constituição Federal de 1988, foi realizado um plebiscito sobre a forma e o sistema de governo que deveria vigorar no Brasil. As opções disponíveis para escolha se voltavam à forma de governo ser republicana ou monárquica e o sistema de governo ser o presidencialismo ou parlamentarismo. Na ocasião, foram escolhidas a forma republicana e o sistema presidencialista.

Em 1995, tomou posse o vigésimo quinto presidente, Fernando Henrique Cardoso (PSDB), que aprovou em seu primeiro mandato a emenda constitucional onde permitia a reeleição em cargos do Poder Executivo. Esta determinação foi aprovada pelo próprio Fernando Henrique, tornando-se o presidente a ser reeleito em dois mandatos consecutivos.

O próximo presidente eleito pela população foi Luiz Inácio Lula da Silva (PT), sendo o segundo grande marco de amadurecimento da democracia, devido ao fato de um operário que não tinha origens na elite brasileira ser eleito para a presidência, fator que acaba por contribuir para sua reeleição no ano de 2006. Ao fim de seu segundo mandato, o Brasil segue com sua crença no Partido dos Trabalhadores, elegendo sua primeira mulher à Presidência do Brasil nas eleições de 2010, Dilma Rousseff (PT), que se torna um marco na jovem democracia brasileira por sofrer o segundo “*impeachment*” como presidente na história do Brasil.

A evolução da democracia no Brasil, após o período da ditadura militar, ocorreu em um curto espaço de tempo e com acontecimentos marcantes para um sistema de governo que acabara de ser reintegrado ao país. Analisamos que estas situações são marcantes para o processo de redemocratização e seu impacto não se conteve somente ao país, sendo repercutido no Sistema Internacional.

Ao verificarmos este histórico da democracia brasileira na atualidade, podemos focar nos indicadores e nas características qualitativas deste sistema de governo utilizado em muitos Estados. Analisando os indicadores, existem pontos positivos e negativos acerca da qualidade da democracia tanto na dimensão procedimental como na dimensão material. Um indicador que autores se dividem entre ser algo positivo ou negativo, está relacionado ao Presidencialismo de Coalizão, sendo este um conceito criado por Sérgio Abranges, em 1988, e refere-se a uma configuração institucional em que o presidente necessita criar alianças com o Congresso Nacional para garantir uma possível governabilidade. Este arranjo tem se configurado como uma das principais características do sistema político brasileiro desde 1994. O presidente deve ser capaz de mobilizar maioria no Congresso Nacional para garantir o sucesso na implementação da sua agenda de governo.

O Presidencialismo de Coalizão sofre de inúmeras críticas quanto ao seu funcionamento, algumas delas com base em diversos fatores que trazem de fato a tona o mal gerenciamento do governo, e outras que acabam por não serem leais ao verdadeiro funcionamento do governo.

Talvez o argumento mais popular, que acaba por ser falacioso, seja de que os governos de outros Estados funcionam muito bem, e aqui, tudo se desorganiza. Para provar a falta de veracidade de tal argumento, podemos utilizar a comparação de vários outros países, nos quais utilizam de um “*modus operandi*” semelhante ao presidencialismo de coalizão brasileiros, como a Inglaterra, Dinamarca e Finlândia.

Para ilustrar a situação proposta, devemos antes explicar o instrumento utilizado para tal comparação. Para isto, verificaremos as informações disponíveis na pesquisa realizada pela “*Inter-Parliamentary Union*” e utilizaremos dois indicadores simples, mas que serão suficientes para fornecer uma conclusão concreta sobre o tópico: a taxa de sucesso das iniciativas e projetos do executivo pelo legislativo; e a taxa da dominância da produção legal dos países, sendo esta a quantidade de proposições vindas do executivo contra as leis aprovadas num determinado período. Ambas as taxas devem se concentrar próximo aos 90%, fator conhecido como “regra dos 90%”. (LOEWENBERG, 1979; PETERSON, 1979)

No caso da Inglaterra, a taxa de aprovação das proposições, entre 1978 e 1982 ficou em 92%, enquanto a dominância em 84%. No caso da Dinamarca, a taxa de sucesso das propostas submetidas foi de 88%, enquanto a de dominância em 97%. No caso da Finlândia, como ressaltado, exemplo mais próximo do modo de governo brasileiro, a taxa de sucesso foi 88%, enquanto a de dominância foi 99%. Estes dados comprovam, segundo esta visão, como o sistema de coalizões pode ser melhor interpretado, mostrando harmonia entre os atores envolvidos na questão. Caso o sistema apresentasse uma série de falhas, as porcentagens apresentadas seriam muito mais baixas, uma vez que a coalizão seria de baixa qualidade e desarmoniosa.

Depois de observarmos as porcentagens entre estes Estados, considerados como democracias consolidadas, podemos nos atentar ao Brasil. O sucesso do Executivo, analisado a partir da constituição de 1988 (a qual configurou algumas mudanças no funcionamento político) é de 70,7%, enquanto a taxa de dominância nesse mesmo período foi de 85,6%. Além da análise realizada com outros Estados, também é interessante observar uma comparação entre os anos citados anteriormente, e o período de 1949 a 1964 no Brasil. Neste espaço de tempo mais antigo, o sucesso do Executivo foi de 29,5%, enquanto a taxa de dominância foi de 39%. Esta analogia entre ambos os períodos, mostra como o Brasil vem aprendendo, se adaptando e evoluindo quando diz respeito ao seu modo de governo, baseado nas porcentagens apresentadas no estudo.

Quando analisamos pelo ótica dos autores que utilizam o Presidencialismos de Coalizão de maneira negativa para o Brasil, nota-se que tal forma de governo foi de sucesso durante Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, mas apresentou grandes desgastes com Dilma Rousseff. Existem três limites colocados por tal modalidade, sendo importante ressaltar que:

“O primeiro limite se refere aos custos crescentes da fragmentação partidária, o segundo é a desorganização administrativa gerada pela distribuição de cargos no governo e o terceiro a propensão à corrupção gerada pela distribuição destes cargos”. (AVRITZER, 2006, p. 4)

No que se refere à participação, Leonardo Avritzer (2006) identifica um fenômeno que ganhou maior força nas manifestações de março de 2015, que é a presença da classe média, apresentando uma pauta conservadora. O autor indica que a classe média estava presente desde as manifestações de junho de 2013, mas que nesta última havia também, numa articulação de vários discursos em disputa, a presença de pautas progressistas tais como

aquelas ligadas a demandas por mobilidade urbana, melhoria dos serviços de saúde e educação no setor público. Já a agenda conservadora, que ganha maior força a partir de 2015, está relacionada às seguintes questões:

“Infraestrutura urbana vista sob a ótica das vias públicas; o baixo nível dos serviços de saúde e educação vistos sob a ótica de uma classe média recentemente expulsa dos serviços privados de saúde e educação; e principalmente a corrupção vista sob a ótica de uma agenda despolitizada que nega a relação entre corrupção e organização do sistema político e atribui a corrupção ao governo do PT”. (AVRITZER 2016, p. 59)

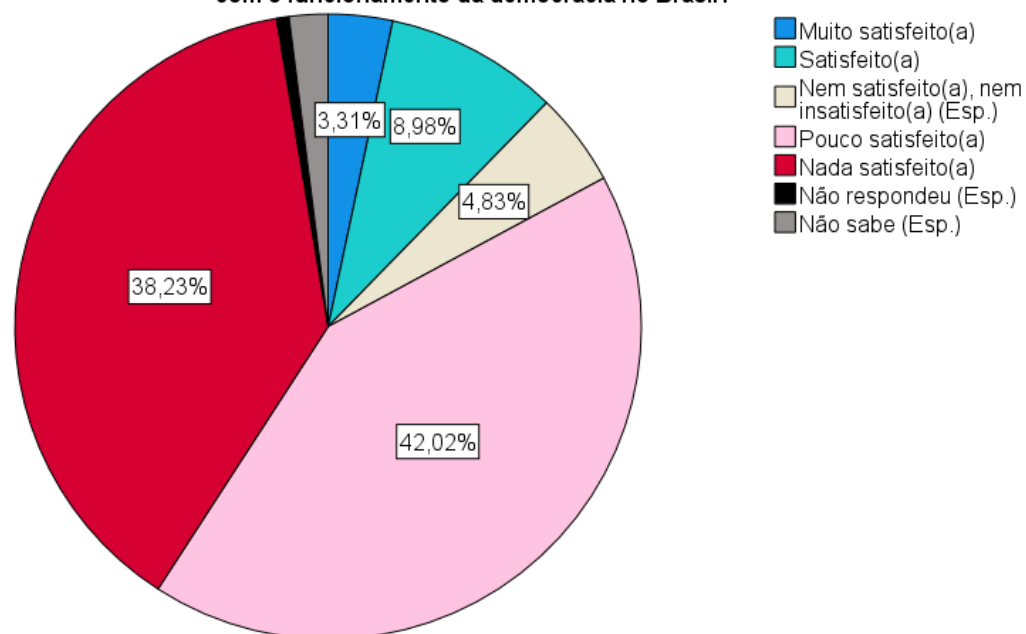
Retornando nossas análises aos pontos negativos, que se ligam aos impasses da democracia no Brasil, estes sempre acabam esbarrando em forças conservadoras nascidas na última década, tal força que se pauta por uma forte defesa da agenda econômica liberal, da propriedade privada e por um foco na questão da corrupção. O autor se refere à posição da classe média, que sentiu o impacto da queda da pobreza a partir da aplicação do salário mínimo e do programa bolsa família, desencadeando uma mobilidade social, reduzindo a desigualdade e alterando em um padrão secular de integração e de exclusão de grande parte da população pelo mercado. A classe média brasileira alcança aproximadamente 50% da população, e foi possível evidenciar, principalmente após as manifestações de 2015, uma crescente insatisfação (tal classe fortemente acostumada a privilégios) com o delineamento de um projeto emancipatório com políticas de inclusão pela via dos direitos. O movimento relatado defendia a saída da até então presidente Dilma Rousseff do cargo, em uma tentativa de resolução da malha de instabilidades enfrentadas pelo Estado. Leonardo Avritzer começa a passar o seu prognóstico da situação, que consiste no aprofundamento de uma política de tolerância zero à corrupção, por incentivos à reorganização de uma oposição democrática, comprometida com a defesa da governabilidade e da tolerância política por uma reforma política, que tem no seu centro o financiamento exclusivamente público de campanha e a redução da fragmentação partidária, com vistas à formação menos custosa de coalizões majoritárias como base do governo e pela reorganização e aprofundamento da participação social, com sua expansão para área de infraestrutura (AVRITZER, 2006).

Como mencionado nos parágrafos anteriores, podemos correlacionar a qualidade da democracia brasileira com a participação popular, visto que, após a fortificação dos programas de assistência social (tal como bolsa família e a aplicação de um salário mínimo) foi pouco a

pouco aproximando as camadas sociais e fez com que algumas delas perdessem alguns de seus privilégios, incentivando que estas camadas voltassem a participar ativamente da política brasileira. Podemos ainda assim caracterizar que o Brasil, anteriormente ao governo Dilma Rousseff, possui um dilema entre a participação popular e a visualização dos atos de um governo como um todo, porque após este período as camadas passaram a construir uma participação política maior para que a corrupção dos governos pudessem ser evidenciadas e evitadas.

A partir de 2015 a participação popular apresentou sinais conservadores nas ações que eram reivindicadas pela população. Neste âmbito podemos relacionar esta situação com as análises de que é necessária uma mudança na forma de participação popular, porque é preciso uma ampliação na participação política da população. Ao analisarmos estas questões relacionadas às formas de mudança da participação popular no Brasil conforme o tempo passado da jovem democracia brasileira e das ações específicas de cada governo, podemos relacionar estas duas pautas e visualizar que a população se adapta ao momento que está vivendo, para caracterizar suas reivindicações e assim espelhar em sua participação.

De uma maneira geral, o(a) sr(a) está muito satisfeito(a), satisfeito(a), pouco satisfeito(a) ou nada satisfeito(a) com o funcionamento da democracia no Brasil?



Consultado no ESEB 2018 - ESTUDO ELEITORAL BRASILEIRO - CESOP/IBOPE

Em uma pesquisa mais recente, realizada em novembro de 2018 pelo CESOP-IBOPE, 38,23% dos entrevistados se declaram nada satisfeitos com o funcionamento da democracia

no Brasil, e 42,02% se declaram pouco satisfeitos, totalizando 68,84% dos entrevistados. É um resultado expressivo, ao mesmo tempo preocupante, que quase 70% dos entrevistados deram uma resposta negativa em relação a satisfação com o sistema democrático, mais um sinal da fragilidade das instituições no Brasil.

No próximo item, identificaremos o conceito de participação popular, que se envolve com o de qualidade da democracia, apresentado neste item. Observamos que um exerce influência diretamente no outro, tanto no âmbito conceitual quanto procedimental.

É importante que saibamos caracterizar este conceito de participação popular, devido ao fato deste ser tão fundamental para a jovem democracia brasileira e ter espelhado tantas consequências. Ao associarmos o conceito de qualidade na democracia, com esta participação popular, observamos os fatores que induziram o quadro político brasileiro.

ITEM II: PARTICIPAÇÃO POPULAR

O termo “participação popular” possui diversos significados e explicações, dependendo da forma como é analisado e estudado. De forma geral, a participação popular se refere a como uma determinada população se agrupa, de que maneira utiliza seu poder de direito em união para influenciar e afetar a abordagem e a conjuntura política contemporânea. Neste capítulo, vamos discorrer como a participação popular influenciou o Brasil nos anos 80 até o presente, como este tópico é abordado e visto por estudiosos focando na camada mais pobre da população brasileira, visualizar a problemática da desigualdade entre cidadãos em uma sociedade e como esta afeta a participação popular. Analisaremos também a influência da participação popular na configuração política vigente, e como o tema evoluiu no Brasil na atualidade.

Anteriormente ao período dos anos 80, ressaltado no parágrafo anterior, a participação popular brasileira analisada por José Murilo de Carvalho (1998), ainda mais na área política, era considerada apática e “bestializada” quando colocada à frente do autoritarismo imposto pelo governo, onde ainda segundo o autor, seria uma construção da sociedade que invalida todo comportamento e atitude da população brasileira, sendo que esta foi atrelada e incorporada na cultura negra e indígena de ilustrar e mostrar as suas insatisfações.

Ao iniciarmos os anos 80, o conceito de globalização passa a ter um significado mais forte e conseqüentemente traz sinais de uma mudança na conjuntura internacional. Por meio da globalização houve um crescimento do uso da tecnologia nos parques industriais, no entanto, isso repercutiu de forma negativa para os países de terceiro mundo, uma vez que ocorria uma substituição das matérias-primas tradicionais. É importante explicitar tal situação e seus reflexos na América Latina, onde a defesa da população menos favorecida era pouco pautada como uma política governamental, impactando na participação popular destas camadas menos privilegiadas.

Além da definição já abordada anteriormente relacionada à participação popular, este é um conceito que não podemos restringir somente a um tipo de análise, por se tratar de um campo político que abrange muitas esferas (regionais, municipais, estaduais e nacionais).

Em primeiro lugar devemos reforçar que participar é um ato legítimo e garantido constitucionalmente. Alguns autores nos apresentam que a participação popular é responsável por influenciar as instituições e as políticas em uma determinada região, sendo que para verificar isto podemos utilizar o conceito do capital social averiguado por Robert Putnam (2006), que tentou entender historicamente as diferenças entre os desenvolvimentos das regiões norte e sul da Itália, e conseqüentemente uma de suas conclusões se atrela à participação popular. Segundo o autor: “as normas e os sistemas de participação cívica promoveram o crescimento econômico, em vez de inibi-lo. [...] as regiões cívicas cresceram mais rápido do que as regiões onde há menos associações e mais hierarquia” (PUTNAM, 2006, p. 186).

Não podemos considerar que estas análises são totalmente aplicáveis ao Brasil, pelos dois países possuírem uma trajetória histórica muito distinta, porém é possível verificar que o conceito possui diversas vertentes dependendo de como e sob qual fator é estudado.

Ao apontarmos uma ótica brasileira sob a participação popular, podemos mencionar que algo muito importante para que este conceito se fortalecesse em nossa democracia foram os movimentos sociais.

“Nos anos 80, os movimentos sociais se organizaram, os sindicatos se fortaleceram e as aspirações por uma sociedade mais justa e igualitária no cenário público, deixaram suas marcas em conquistas importantes na Constituição de 1988 e se traduziram na construção de espaços plurais de representação de atores coletivos hoje reconhecidos como interlocutores válidos no cenário político nacional” (PAOLI & TELLES, 2000, p. 103).

Paoli e Telles (2000) utilizam o debate da participação popular em “arenas públicas”, sendo a intermediação entre o Estado e a sociedade, constituindo formas institucionalizadas de participação popular por meio dos movimentos sociais. Entretanto, isto nos mostra que através dos sindicatos, por exemplo, os trabalhadores organizados puderam mostrar sua força em várias situações e que podemos refletir isto para o âmbito político.

Ao considerarmos esta esfera, podemos utilizar como conceito a “participação política” baseado em Elenaldo Celso Teixeira (2001), pois para “entender a participação como processo significa perceber a interação contínua entre os diversos atores que são ‘partes’, o Estado, outras instituições políticas e a própria sociedade” (TEIXEIRA, 2001 p. 27). Afim de obtermos uma compreensão melhor sobre este termo, é necessário que verifiquemos o

conceito de cidadania, sendo cidadão “aquele que atua como protagonista com a sua comunidade por meio do diálogo e não do monólogo, do interesse comum e não do individual, da *res publica* (coisa pública) e não da *res privata* (coisa privada)” (TENÓRIO, 2007, p.25).

Com isso, ao abordarmos estes dois conceitos conseguimos visualizar a “participação cidadã”, que segundo Elenaldo Celso Teixeira (2001), seria a forma mais próxima de participação entre a sociedade e o Estado.

O Brasil passou por mudanças expressivas na configuração da participação popular durante todo seu processo de redemocratização pós-ditadura. O primeiro ponto importante que agregou na intensificação deste conceito foi o surgimento e crescimento das associações voluntárias. Com elas ocorreu uma mudança nas formas de abordagem em que diz respeito à ideologia e aos valores morais, e como a população aborda tais atores. Agregado a este fator, na Constituição de 1988 mudou-se o sistema de representação política, o qual obteve altos índices de sucesso, se compararmos com os níveis do sistema parlamentarista adotado pelo Reino Unido, porém esta mudança também mostrou pontos extremamente negativos, como por exemplo a corrupção (AMES, 2002; LIMONGI, 2006; SANTOS, 2013).

O segundo ponto de impacto que auxiliou o avanço da participação popular, amparado pela nova Constituição Federal, foram com as seguintes determinações: Em primeiro lugar a Lei Orgânica da Saúde (LOS) e a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que criaram mais de 10.000 conselhos locais abrangendo a área da saúde, assistência social e planejamento urbano (AVRITZER, 2017).

Com estes pontos de impacto, o conceito de participação popular no Brasil foi se caracterizando tanto como uma política institucional, como ação coletiva. Partindo do primeiro âmbito, ela incorpora atores sociais no processo decisório onde sua participação se configura como de importância, podendo ser utilizado na área da saúde e proteção social. No segundo conceito, a sociedade civil participa dos processos decisórios ligados às instituições mencionadas anteriormente, desta forma o sistema se tornou muito mais inclusivo e reduziu as desigualdades presentes no país, tirando de cena um sistema exclusivo, seletivo e expulsivo de participação popular vigente até 1985. (AVRITZER, 2002 E 2009; BAIOCCHI, 2005; WAMPLER, 2007 E 2015)

É importante ressaltarmos que os grupos marginalizados e periféricos estão constantemente dentro da sociedade, porém não conseguem usufruir dos serviços básicos ou dos benefícios do progresso econômico social. Neste campo existe uma visão distorcida de que esta dificuldade em acessar e usufruir dos serviços do Estado ocorre em decorrência da ignorância e passividade desta parcela da população, sendo que, na verdade, existe uma dificuldade sistêmica dos grupos mencionados participarem de tais serviços.

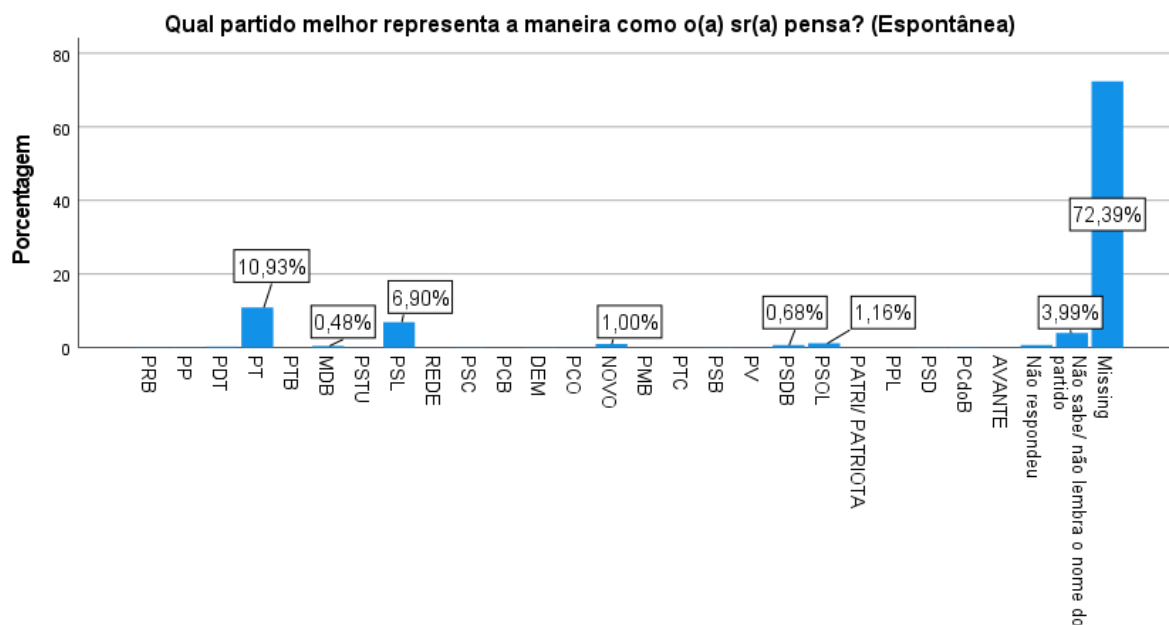
Com o avanço do período de redemocratização e com tal parcela da população marginalizada e periférica como foco de tanto sua campanha presidencial como seu governo, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva alterou o papel do cargo de Secretário Geral, adicionando em suas obrigações a de cuidar das relações do governo com os atores civis da sociedade (Decreto Número 4.570 - 2003, revogado em 2005), resultando na criação de vários conselhos nacionais. Estas criações começaram a ser utilizadas de forma muito recorrente, incentivando o encontro entre a sociedade civil e os atores políticos e assim, este tipo de interação ajudou a amenizar a visão negativa que a população brasileira tinha em relação à falta de legitimidade política.

É possível notar que com os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff, o Brasil passou por mudanças no quesito da participação popular no âmbito político. Ocorreram estimas melhoras entre os anos de 2003 e 2013 em nível nacional, e com isso podemos citar como causadores deste efeito as conferências nacionais que se focaram nas relações entre povo-governo, além disso o próprio governo criou boas ferramentas de entrar em consenso com a população em nível federal e aumentou a probabilidade de aprovação de propostas no Congresso Nacional.

Outros pontos que ajudaram a consolidação da participação popular neste período foram: As tradições aproveitadas pelo Partido dos Trabalhadores (PT) da população; atores que se engajaram rapidamente no processo de participação; o próprio governo daquele período, que possuía tendências de relevar a participação popular como política social; e pela ação do Congresso Nacional em se tornar neutro sobre os rumos da participação popular.

Reflexo desse engajamento popular, o Partido dos Trabalhadores (PT) tem, até hoje, um bom nível de simpatizantes comparado aos outros partidos. De acordo com o Estudo Eleitoral Brasileiro - CESOP-IBOPE de 2018, mencionado anteriormente, o PT é o partido que mais representa a forma de pensar da população: 10,93% dos entrevistados no estudo afirmam ter este partido político como representante de seus ideais. Por outro lado, o segundo partido que

mais representa os ideais do povo brasileiro é o PSL (Partido Social Liberal), que teve como candidato nas últimas eleições de 2018 o presidente eleito Jair Bolsonaro.



Consultado no ESEB 2018 - ESTUDO ELEITORAL BRASILEIRO - CESOP/IBOPE

É interessante enxergarmos que, mesmo após escândalos de corrupção e um impeachment recente, o Partido dos Trabalhadores (PT) ainda representa mais a forma de pensar das pessoas do que qualquer outro partido no Brasil. De qualquer maneira, ainda sim é muito baixo o número de pessoas que se sentem representadas por algum partido político, tendo em vista que o país tem 35 legendas e só 22,9% dos entrevistados mencionaram alguma delas.

O desgaste do Partido dos Trabalhadores (PT) está ligado com o surgimento de uma onda conservadora, movida pelo sentimento “anti-PT” da população, e consequentemente do Congresso Nacional. Especificamente em junho do ano de 2013, um grupo de maioria progressista começou a ficar insatisfeito com o governo de Dilma Rousseff no que diz respeito a políticas urbanas. Com essa reação, grupos conservadores também enaltecem sua insatisfação com o presente governo, gerando a ruptura de um sistema hegemônico de representação popular construído pelo Partido dos Trabalhadores (PT) no período pós-ditadura. Esse sistema quebrou em maior parte no ano de 2015, e a oposição de classe média dominou a participação popular.

Apesar de todo este período observado e como a participação popular se envolveu no período da redemocratização brasileira, existe uma certa dificuldade na explicação dos mediadores em entender a população e sua participação. Para expormos isto, pode-se utilizar a citação de Cunha (1995, p. 13): “é como se as classes populares se organizassem e reivindicam a solução dos seus problemas apenas se houvesse um vácuo do Estado”.

Assim, os movimentos sociais ficam vinculados a um Estado que não cumpre as suas obrigações, e onde os mediadores não entendem as requisições da população. Além disso, podemos enaltecer que esta dificuldade não decorre de dificuldades técnicas, mas sim graças à postura, como por exemplo, ligada à linguística.

Ao verificar o Caderno de Saúde Pública (Vol. 14):

“Nesse mesmo sentido, há estudiosos da questão de participação popular que entendem que, embora haja profissionais preocupados com a necessidade de a população organizar-se e reivindicar seus direitos e serviços básicos de qualidade, na realidade a tradição dominante no Brasil é a do convite das autoridades para que a população tenha uma participação mais frequente, pois querem a participação da população para poder solucionar problemas dos quais não dão conta. Nesta concepção está incluída a ideia de que a aceitação do convite de participar seria uma forma de legitimação dos governos. Justamente a descrença da população, tal como manifestada acima pela liderança da favela, faz com que sua forma de participar seja diferente do que a suposta pelo convite dos governantes. E embora muitos profissionais sejam sinceros na intenção de colaborar para uma participação mais efetiva e de acordo com os interesses populares, é possível a população encarar estes profissionais como sendo submissos às propostas das autoridades, em quem frequentemente não crê. Daí sua aparente falta de interesse em participar.” (VINCENT, 1998 p. 15)

Na maioria das vezes, a participação popular é vista como uma interrupção necessária, mas sem conteúdo e valor, onde os mediadores não conseguem compreender e absorver o que a população está lhe passando justamente pela falta de sua participação.

Identificando toda esta dificuldade que existe entre os mediadores, a sociedade civil e a participação popular, existem formas de participação popular que são acessíveis a maioria da população. Dentre estas existentes, o mutirão por exemplo, onde a população se junta para que seja realizado com seu próprio trabalho, ações que são de responsabilidade do âmbito governamental. Este age de forma autoritária decidindo unilateralmente sobre a quantidade e qualidade dos seus serviços básicos, e em alguns momentos não dá conta do problema em questão, solicitando que a população participe do combate e erradicação desse problema por meio dos mutirões. Ao realizar este tipo de ação, torna-se mais fácil culpar a população por

não ter seguido as orientações repassadas pelo governo, culminando na culpabilização da vítima. Esse fator é justificado em maior parte pela desqualificação do saber popular, e o monopólio do conhecimento técnico por parte da esfera governamental. Podemos nos atentar na insistência da população em praticar o mutirão, onde as classes mediadoras apresentam perda de dinheiro e energia nessa prática, apesar disso, a população pobre continua produzindo aquilo que um salário mais digno ou um governo mais popular deveria estar facilitando. Segundo o Caderno de Saúde Pública (1998, vol. 14):

“A participação popular diferencia-se da modernização, do mutirão, entre outros, por ser uma participação política das entidades representativas da sociedade civil em órgãos, agências ou serviços do Estado responsáveis pelas políticas públicas na área social”. (VINCENT, 1998 p. 10)

Pode-se observar que os mutirões se relacionam com a participação popular ao conceder um espaço à sociedade e envolver os mesmos em decisões políticas que antes cabiam somente ao governo. Entretanto, este tipo de envolvimento pode gerar facetas positivas e negativas à população, principalmente com o fenômeno de culpabilização da vítima, sendo necessário se atentar aos mutirões que são realizados em conjunto ao âmbito governamental.

Finalizando este exemplo de participação popular acessível, e com entendimento da nossa representação escrita da participação popular dentro da temática e conceito deste artigo, agora partimos para o último item de dissertação sobre nosso tópico de discussão: A Juventude Partidária.

De forma geral, com o foco direcionado ao grupo de jovens brasileiros e a influência exercida no campo político vigente, iremos apresentar os dados técnicos-quantitativos da participação, e como esta auxilia na construção do cidadão enquanto desenvolve seus direitos e deveres. Além das tendências deste conceito, onde estas são caracterizadas por quanto os jovens tentam se integrar efetivamente da política, participando do processo decisório e agindo de forma crítica perante as decisões políticas do governo vigente. E por fim, as motivações que esta parcela da sociedade possui em almejar uma voz ativa dentro do âmbito analisado.

ITEM III: JUVENTUDE PARTIDÁRIA

A participação da juventude no âmbito político e partidário tende a se associar ao processo construtivo e social de cada indivíduo, e quando cada um passa a se posicionar perante a situação de seu Estado. As instituições podem influenciar na adesão de determinado jovem dependendo de suas características sociais e ideológicas, porém os partidos políticos entendem que o cidadão tem o direito de participar mesmo sem estar em pleno gozo de seus direitos políticos, graças ao fato de que atualmente existem projetos sociais que atuam neste âmbito populacional. Sendo assim, é possível que o jovem se envolva em questões políticas desde cedo, seja fazendo parte de movimentos sociais, estudando o tema, ou até se filiando a um partido político. Esse preenchimento apresenta uma desigualdade que muitas vezes torna o jovem, que está ingressando neste mundo político, indignado no tratamento deste âmbito como um todo. Sendo isto, uma consequência direta do indivíduo ter presenciado e vivenciado a ação pública desde cedo em sua vida. (RABELLO DE CASTRO, 2007).

Analisando de forma mais pragmática a ala jovem dos partidos políticos, é considerado “jovem” o cidadão que possui entre 15 e 29 anos¹, e que portanto se dispõe ao mecanismo da filiação, devendo ser considerado um cidadão com direitos políticos positivos (direito ao voto e direito a ser votado). Não só formado de filiados, um partido também conta com eleitores simpatizantes, que querendo ou não ainda não são filiados, mas que tem potencial de engajamento no partido conforme o tempo. Um exemplo de eleitores simpatizantes, é a classe sindicalista, que tende a votar com partidos de esquerda, criando assim um vínculo histórico por conta de suas causas em comum, ao mesmo tempo não garantindo a filiação formal do cidadão no partido. Com a camada mais jovem isso não é diferente, graças a um maior engajamento em causas sociais, também utilizadas como bandeiras de partidos políticos, atraindo simpatizantes. (VAN BIZEN, 2001).

Essa sensação de pertencimento a determinado partido ou movimento social político tem, como consequência, a aproximação do jovem com pessoas que não faziam parte de seu ciclo social anterior. Ao buscarem esta participação na esfera pública, seja por meio da filiação ou participando de algum tipo de instituição que se assemelhe com seus ideais, conseqüentemente o jovem arcará com responsabilidades as quais não tinha consciência, seja

¹ Segundo a PEC da Juventude e o Estatuto da Juventude, aprovados pelo Congresso Nacional em 2010 e 2013, respectivamente.

por meio da defesa de suas posições ou participando cada vez mais dos projetos envolvendo a instituição escolhida.

“Nesse processo, uma dupla passagem é necessária: uma que se dá por meio de novas identificações com objetivos coletivamente gerados, outra que se realiza por meio do engajamento concreto do indivíduo em ações e movimentos com os outros, propiciando novas determinações e fluxos dentro da sociedade. (MOUFFE, 1993 p. 65)

No cenário nacional, as pesquisas relacionadas à participação dos jovens em programas públicos, políticos ou não, são difíceis de ocorrer. As evidências existentes sobre o tema mostram um descontentamento e uma certa desconfiança com o poder público dentro da camada social considerada jovem, pois pouco menos de 40%² dos participantes se consideram afetados pelos partidos políticos.

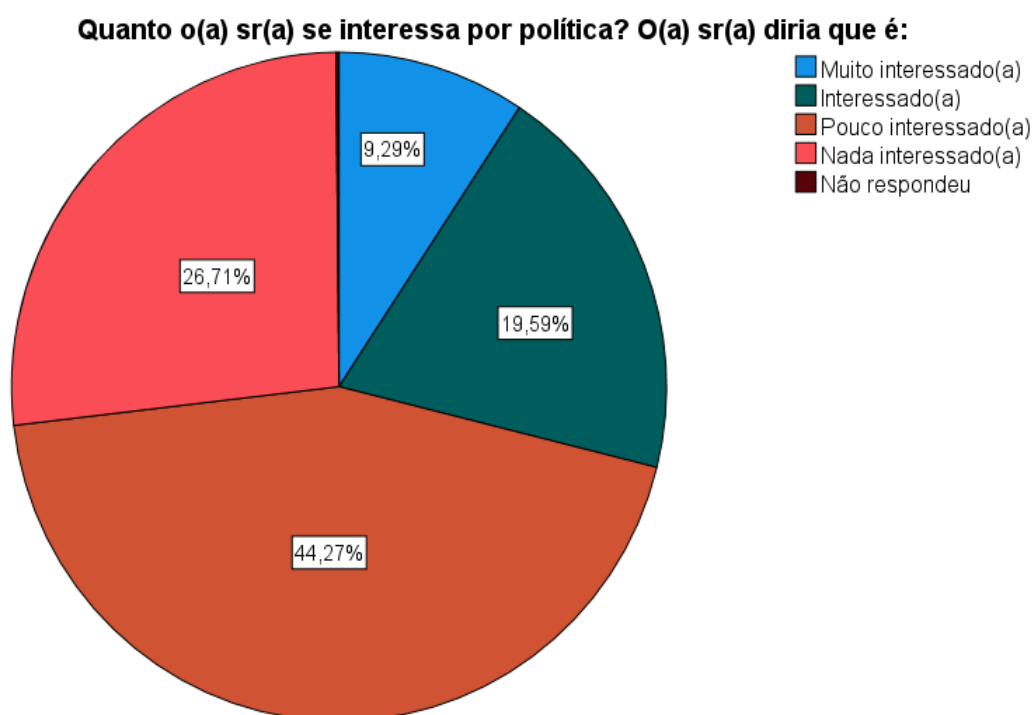
Ao verificarmos isto, existe um questionamento que se associa a qual parâmetro o Estado se faz presente na juventude brasileira. Além disso, segundo um estudo realizado pela Fundação Perseu Abramo³, 65% dos jovens entrevistados procuram se informar e se orientar politicamente, mesmo sem ter uma participação direta, e em contrapartida, menos de 5% não tem nenhuma confiança nas instituições partidárias. Levando em conta os fatores abordados, é factível que o futuro seja totalmente incerto, conseqüentemente isto se associa com a desconfiança gerada neste âmbito, somado à falta de espaço e interesse da juventude para se expressar na alteração do cenário proposto pelas pesquisas. Estas partes devem ser consideradas, devido ao fato que este problema enfrentado pela falta de adesão a campanhas políticas e ao âmbito político em geral tende a gerar certa indagação em todo o eleitorado brasileiro e conseqüentemente atinge diretamente sua participação. É necessário se ter um cuidado com a parcela da população que não possui nenhum tipo de confiança nas instituições partidárias, pois isto não representa que elas não estejam exercendo seu papel cívico dentro do Estado.

Tal desinteresse não se dá somente sobre as instituições partidárias, de acordo com o Estudo Eleitoral Brasileiro - CESOP-IBOPE de 2018, já mencionado neste estudo, a primeira

² Pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, sobre o perfil da Juventude dentro da política e do âmbito social.

³ Pesquisa realizada pela Polis- Ibase e outra feita pela Perseu Abramo estudo focado no que os jovens ressaltam tanto na política quanto nos políticos brasileiros.

pergunta da pesquisa chama a atenção pelas respostas negativas do tema. A pergunta aborda qual o interesse por política dos entrevistados, e quando consideramos somente os jovens entrevistados (16 a 29 anos), as respostas de “pouco interessado” e “nada interessado” somam 70,98% (quadro 3). Já levando em consideração a amostra completa, sem discriminação de faixa etária, essa somatória de respostas negativas chega a 68,8%, uma taxa menor do que a juventude, mostrando que o interesse por política é baixo em todas as faixas etárias.



Consultado no ESEB 2018 - ESTUDO ELEITORAL BRASILEIRO - CESOP/IBOPE

A juventude partidária ainda pode ser considerada uma incógnita para a maioria do eleitorado que não tem nenhuma ligação com qualquer partido político. Entretanto com o aumento considerável no uso das redes sociais como instrumento eleitoral, o público jovem que está envolvido em qualquer instituição tende a ter maior visibilidade e conseqüentemente uma maior interação do eleitorado jovem juntamente com o filiado jovem. Segundo Jefferson Alves Teixeira (2009, p.10): “Com o voto passando a ser facultativo para jovens de 16 anos se teve um avanço nesse quesito de filiação jovem e empurrou os partidos a terem seus movimentos juvenis”.

Pode-se entender que a filiação jovem caminha para se tornar um meio de possuir a voz ativa dentro de uma sociedade estruturada, e com isso exercer seu direito de cidadania e participação democrática na manutenção das instituições. Com isso previamente dito, a juventude politizada está em constante evolução, juntamente com o avanço tecnológico, que facilitou aos partidos o acesso ao seu filiado, e conseqüentemente o contrário também, expondo de forma cada vez mais transparente o comportamento e funcionamento das instituições. De certa forma este acesso rápido às instituições, por conta da tecnologia, facilitou inclusive a escolha do indivíduo em se tornar um potencial filiado. Partindo deste ponto, o cidadão que deseja ingressar na política partidária irá muito além de simplesmente participar de algo ou de uma instituição.

O momento da filiação crava o compromisso do cidadão com a esfera democrática. Enquanto movimentos militantes e ativistas são mais informais, a filiação conta com alguns compromissos, e firma uma parceria entre cidadão e partido. Como filiado, o cidadão torna-se um membro formal do partido, e passa a ter alguns deveres e obrigações, como o pagamento de taxas (contribuição de filiação ou doações) e até comparecimento em eventos do próprio partido.

Existem inúmeras razões para que alguém se filie a um partido político, dentre elas o apreço por uma figura, uma afinidade com o projeto do partido, ou até mesmo a vontade de exercer um cargo eleitoral pelo mesmo. Quando falamos da juventude, conseqüentemente estamos falando das gerações futuras, e de como são importantes para o processo de renovação dentro dos partidos, e da manutenção das instituições democráticas. Como analisado por Teixeira (2009 p.6): “Os partidos políticos passam a ser um elemento-chave nessa forma de democracia, pois são eles que congregam os competidores que disputarão cadeiras parlamentares e os poderes executivos”.

O Brasil possui uma vasta população jovem, onde estes começaram a participar intensificamente da política partidária. Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral do ano de 2018, o país contava com mais de 2 milhões de jovens filiados a partidos políticos, mesmo com uma parte do público jovem tendo aversão a estas instituições, graças ao passado obscuro da maioria dos partidos. Com todos estes fatores, podemos considerar este percentual uma amostra otimista, devido ao fato disto indicar que com o passar do tempo um número maior de jovens está ingressando no âmbito político, e conseqüentemente podem seguir o caminho da filiação partidária conforme suas crenças e ideologias. Estas situações, indicam uma

naturalidade no trajeto de filiação do indivíduo e conseqüentemente geram uma sociedade que apresenta maior atenção aos valores públicos. A tabela a seguir indica os partidos que estão entre os maiores do estado de São Paulo, apresentando os partidos que possuem um desempenho regular no estado, mas uma ação forte na política partidária estadual.

Mesmo que os dados da tabela abaixo mostram uma dimensão nacional, podemos notar que no âmbito estadual os partidos mais antigos possuem uma base de filiados que se torna muito clara e consolidada. (TEIXEIRA DE BARROS, GUIMARÃES SENNA, ELISABETH DA SILVA, 2019).

Partido	Filiados Jovens
PT	280.218
MDB	250.713
PSDB	216.217
PP	135.563
PTB	124.372
DEM	111.793
PSOL	47.183

Consultado no Tribunal Superior Eleitoral e no artigo científico: Juventudes partidárias no Brasil 2020

O espectro político parte do ponto da diferença de pensamentos dentro da sociedade, e com isso o confronto de ideias, com o posicionamento partidário influenciando diretamente nesse “mapa”, graças às suas definições, que interferem diretamente no papel do cidadão. Tal espectro torna-se mais visível, partindo de três pontos de vista: Direita, Esquerda e Centro.

Dentro do plano traçado para diferenciar as posições de cada cidadão filiado, nota-se pelo gráfico abaixo, que a participação masculina ainda pode ser considerada maioria dentro das vertentes políticas.

Uma colocação interessante seria o posicionamento de Centro dentro dessa faixa etária, que obtém a maior parcela de filiados. Isso caracteriza o que pode se identificar como o movimento da “Direita Envergonhada”, pensado como uma retaliação por parte dos outros pontos de vista, sendo assim o próprio se denomina de Centro mesmo não tendo total convicção neste posicionamento (MADEIRA E TAROUCO, 2013).

	Jovens Filiados	Feminino	Masculino	%Filiados Jovens	%Filiados Jovens Femininos	%Filiados Jovens Masculinos
Centro	1.059.923	480.461	579.462	39,82%	18,05%	21,77%
Esquerda	863.456	392.999	470.457	32,44%	14,76%	17,67%
Direita	738.552	340.611	397.941	27,74%	12,80%	14,95%

Consultado no Tribunal Superior Eleitoral e no artigo científico: Juventudes partidárias no Brasil 2020

ITEM IV: CONCLUSÕES FINAIS

O estudo buscou focar e compreender de que forma os anos pós-redemocratização impactaram no quesito da qualidade da democracia e participação popular, além de apresentar como a juventude brasileira se porta perante o cenário político. Os resultados são menos positivos do que o esperado, já que, como apontado no trabalho, as pesquisas utilizadas mostram um índice muito baixo de interesse da população por política, somado a uma considerável rejeição à democracia.

Ambos os conceitos apresentados e mensurados no estudo (Participação Popular e Qualidade da Democracia) possuem total relação entre si. Conforme o período de redemocratização foi avançando e os marcos democráticos ocorrendo, as formas de participação popular se diversificaram e intensificaram, seja de maneira positiva ou negativa.

Durante a discussão, analisamos que os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, ofereceram às camadas menos afortunadas uma possibilidade de participação muito maior do que era disponibilizado perante os governos anteriores, sendo os anos de 2003 até 2013 aqueles marcados por substanciais mudanças na participação popular. Mesmo após os escândalos enfrentados pelo Partido dos Trabalhadores (PT), a sociedade ainda atribui sua forma de pensar a este partido político e isto se relaciona ao fato da consolidação e inclusão da sociedade no âmbito da participação.

Pudemos concluir também, que o conceito de Presidencialismo de Coalizão é analisado de duas óticas pelos autores. Há menções relacionando esta forma de governo a pontos negativos, e também há aqueles que a relacionam de maneira positiva com a “Qualidade da Democracia”. Ao observarmos os autores que indicam pontos positivos ao conceito, podemos visualizar que alguns fatores se relacionam com as democracias que consideramos mais consolidadas no Sistema Internacional, e assim concluímos que o Brasil possui uma democracia estabelecida. Quando verificamos os autores que atribuem ao conceito de Presidencialismo de Coalizão uma conotação negativa, relacionamos ao fato da necessidade do presidente buscar por alianças no Congresso Nacional com o objetivo de tornar seu mandato próspero. Estas ações deixam brechas para que a corrupção possa se instaurar em determinado governo, impactando negativamente no processo democrático, que paralelamente influencia na participação popular. De uma forma geral, como a grande maioria dos brasileiros possui uma descrença quanto a democracia brasileira, é possível que os mesmos

não se atentem as questões positivas do Presidencialismo de Coalizão, associando automaticamente este conceito com a corrupção formada ao longo do governo brasileiro.

A corrupção presente nos governos, resultou na eclosão dos movimentos conservadores, que foram críticos do mandato de Dilma Rousseff durante seu período no poder. Sendo assim, a oportunidade de participação oferecida por estes governos resultou também em seu próprio declínio, reforçando a tese de que a participação popular é influenciada pelo período e pelo conceito de qualidade da democracia apresentado neste estudo.

A participação popular não apresenta somente facetas positivas. Por meio dos mutirões, foi possível verificar que da mesma forma onde os movimentos sociais impulsionam a participação, ele a degrada por meio do processo de culpabilização da vítima. Ao verificarmos isto, seria importante apontarmos que ambas as facetas contribuíram para o processo de redemocratização no Brasil. Por meio deste estudo expusemos a importância de não atrelarmos os conceitos a explicações simplórias, devido ao fato de que é necessário analisarmos suas definições com base no período pelo qual o Estado vivencia e pelo governo vigente no poder. Caso a sociedade possuísse uma visão tão ampla destas esferas seria possível evitar que as facetas negativas de ambos os conceitos fossem tão recorrentes a ponto de serem evidenciadas na maioria dos governos brasileiros.

No quesito da juventude, é notável pelos dados apresentados que o cenário é preocupante. O desinteresse por política nas pesquisas mais recentes apontam uma taxa alta de desinteressados, e isso aponta um alerta para as futuras gerações. Os jovens de hoje serão os governantes de amanhã, e uma população desinteressada por política reflete uma sociedade que elege mal os seus representantes. Esse alerta não é ligado somente para as futuras gerações, mas também para os governantes, partidos e o papel do Estado quanto ao funcionamento das instituições democráticas nos dias de hoje.

A camada presente nesta faixa etária, em meio à globalização que vivemos, possui fácil acesso às informações oferecidas pelos partidos políticos, seja relacionada às propostas ou aos planos de governo. Entretanto, muitos preferem não se filiar aos partidos políticos e exercem seus papéis cívicos por meio de organizações que discutem e “fazem política” em todos os espectros. Esta discrepância no formato de comunicação entre os partidos e os movimentos afastam o jovem a optar pelo caminho da filiação.

O desafio, a partir das análises instauradas neste estudo, seria alterar o cenário de rejeição das camadas jovens com o atual cenário político brasileiro. Caso este cenário não seja um ponto

de foco para aqueles que possuem os recursos de tratativa, é possível refletirmos que o rumo do Brasil se torna obscuro e preocupante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO WENDEL, HELENA, BRANCO MARTONI PAULO, PEDRO - **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo. P. 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702005000200020.

Acessado em: 24/10/2020

ALVES TEIXEIRA, JEFFERSON - Militância Virtual? Organizações de Juventudes Partidárias na Rede Mundial de Computadores. v.33 **Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais ANPOCS**, p.6-11,2009. Disponível em:<https://fdocumentos.tips/reader/full/militancia-virtual-organizacoes-de-juventudes-partidarias-observatory->. Acessado em: 21/10/2020

AVRITZER, LEONARDO. Participation in democratic Brazil: from popular hegemony and innovation to middle-class protest. **Opin. Pública**, Campinas, v. 23, n. 1, p. 43-59, Apr. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762017000100043&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 21/10/2020

DA SILVA TAUCORO, GABRIELA, MADEIRA MACHADO, RAFAEL - **Esquerda e direita no sistema partidário brasileiro: análise de conteúdo de documentos programáticos**. v.7, n.2, p.93-114, 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/38573/26637>. Acessado em: 21/10/2020

CESOP - IBOPE/BRASIL/2018 - NOV-04622 - ESEB - 2018 - ESTUDO ELEITORAL BRASILEIRO. In: Banco de Dados do CESOP/UNICAMP. Disponível em: https://www.cesop.unicamp.br/vw/1IMr0SKIwNQ_MDA_f9f8b_/TF_04622.pdf. Acessado em 16/11/2020

FERNANDES DA SILVA, CRISTIANE - Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo, **Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania**. Tempo soc. vol.17 no.2 São Paulo Nov. 2005-. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702005000200020. Acessado em: 21/10/2020

GOMES, LILIAN. Os impasses da democracia no Brasil. **Sapere Aude** – Belo Horizonte, v. 7 – n. 14, p. 872-880, Jul./Dez. 2016. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/12217/10827> Acessado em: 10/05/2020

LIMONGI, FERNANDO- A democracia no Brasil: Presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório. **Novos estud. - CEBRAP** no.76 São Paulo Nov. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002006000300002. Acessado 22\11\2020

MAIR, PETER; VAN BIEZEN, INGRID. Party membership in twenty European democracies, 1980-2000. **Party politics**, v. 7, n.1, p.5-21, 2001. Disponível em: <https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.603.4215&rep=rep1&type=pdf>. Acessado em: 21/10/2020

MOUFFE, CHANTAL - The Return of the Political, published by **Verso** ,1993, cap 4, pág. 60-74. Disponível em: https://monoskop.org/images/c/cb/Mouffe_Chantal_The_Return_of_the_Political.pdf. Acessado em: 21/10/2020

PINHEIRO, L. S.; CANÇADO, A. C. Participação Popular e Instrumentos Institucionalizados de Participação em Nível Local. **Administração Pública e Gestão Social**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 19-26, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/4536>. Acessado em: 26/10/2020

POLIS-IBASE - Diálogo nacional para uma política pública de juventude. São Paulo: Instituto Pólis-Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas 2006 pág. 15. Disponível em: https://ibase.br/userimages/dialogo_juv_final21.pdf. Acessado em: 28/10/2020

RABELLO DE CASTRO, LÚCIA, PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E JUVENTUDE: DO MAL-ESTAR À RESPONSABILIZAÇÃO FRENTE AO DESTINO COMUM **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 16, n. 30, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rsocp/v16n30/15.pdf>. Acessado em: 21/10/2020

ROCHA, E. A. Constituição cidadã e a institucionalização dos espaços de participação social: avanços e desafios. In: MUSSE, J. S.; SANTOS, R. F.; VAZ, F. T. (Coord.). **20 anos da**

Constituição cidadã: avaliação e desafio da seguridade social. Brasília: Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, 2008. p. 131-148. Disponível em: http://www2.anfip.org.br/publicacoes/livros/includes/livros/arqs-pdfs/Livro_da_20_anos_Constituicao72dpi.pdf. Acessado em: 17/11/2020

TEIXEIRA DE BARROS, ANTONIO, GUIMARAES SENNA, RICARDO, FREITAS DA SILVA, SERGIO, ELISABETH DA SILVA, TEREZINHA - Juventudes partidárias no Brasil: motivações e perspectivas dos jovens filiados a partidos políticos **Rev. Bras. Ciênc. Polít.** no.30 Brasília Sept. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522019000300113. Acessado em: 21/10/2020

VALLA, VICTOR VINCENT. Sobre participação popular: uma questão de perspectiva. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 14, supl. 2, p. S07-S18, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1998000600002&lng=en&nrm=iso. Acessado em: 21/10/2020

WILHELM, BRUNO; SOCORRO, MARIA; COSTA, VALERIANO. Estudo exploratório sobre filiação e identificação partidária no Brasil. **Rev. Sociol. Polit.**, v. 23, n. 56, p. 125-148, Dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rsocp/v23n56/0104-4478-rsocp-23-56-0125.pdf>. Acessado em: 20/10/2020

Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=281038#:~:text=A%20Rep%C3%BAblica%20no%20Brasil%20foi,nem%20sempre%20a%20democracia%20prevaleceu>. Acessado em: 20/10/2020

Disponível em:

<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Julho/brasil-tem-16-4-milhoes-de-filiados-a-partidos-politicos>. Acessado em: 20/10/2020

Disponível em:

https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/box_popclock.php. Acessado em: 20/10/2020

Disponível em:

<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2019/Dezembro/brasil-tem-77-partidos-em-processo-de-formacao>. Acessado em: 20/10/2020

Disponível em: <https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse>. Acessado em: 20/10/2020

Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=281038>. Acessado em: 20/10/2020

Disponível em:

<https://www.12.senado.leg.br/noticias/materias/2010/12/30/de-sarney-a-dilma-25-anos-desde-a-redemocratizacao>. Acessado em: 20/10/2020

Disponível em:

<https://www.politize.com.br/como-se-filiar-partido-politico/>. Acessado em: 28/10/2020